

# **TRABALHO E SAÚDE MENTAL: um estudo sobre adoecimento psíquico entre policiais militares**

WORK AND MENTAL HEALTH: a study on psychic advocacy between military policies

BARBOSA, Giselle Silva <sup>1</sup>  
DE SOUZA, Adailma Alves <sup>2</sup>  
SAMARIDI, Isadora <sup>3</sup>

## **RESUMO**

A rotina de trabalho do Policial Militar – PM está voltada para uma atuação envolvendo situações de grande estresse, devido aos riscos assumidos no combate aos diferentes tipos de violência. Sendo assim, a importância da temática da saúde mental entre policiais militares é algo que diz respeito ao profissional e a sociedade, pois o bem estar psicológico deste trabalhador pode tanto assegurar quanto comprometer a sua segurança individual e coletiva. O presente artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo verificar como a precariedade nas condições de trabalho somada a rigidez da organização e o estresse da rotina de atuação do PM pode contribuir para o adoecimento psíquico. Com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, o estudo contou com a pesquisa realizada com policiais do Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e também com os profissionais do 18º Batalhão da Polícia Militar de Catalão – BPM/GO. A partir dos dados obtidos, foram feitas considerações a respeito da relação existente entre o trabalho e a saúde mental em um contexto geral, o estresse e os principais transtorno mental e de comportamento entre policiais, constatando que o adoecimento mental nesta categoria vai de encontro com o nível de satisfação e motivação para o trabalho (fatores extrínsecos) e características da própria personalidade (fatores intrínsecos). O estudo traz ainda alguns desafios a serem ultrapassados, no campo científico; ainda são poucos os estudos qualitativos com policiais, e no campo de atuação; a saúde mental precisa ser notada, entendida e esclarecida, mostrando que assim como a saúde física, a mente também precisa de atenção e cuidados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Saúde mental. Adoecimento psíquico. Policial militar.

## **ABSTRACT**

The work routine of the Military Police - PM is focused on a situation involving situations of great stress, due to the risks assumed in the fight against the different types of violence. Thus, the importance of the mental health issue among military police officers is something that concerns the professional and society, since the psychological well-being of this worker can both ensure and compromise their individual and collective security. The present article is the result of a bibliographical research that had as objective to verify how the precariousness in

---

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, gisellesbarbosa@hotmail.com; Porangatu – Go, Fevereiro de 2018.

<sup>2</sup>Professor orientador: Especialização. Professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, adailmaps@gmail.com, Goiânia – Go, Fevereiro de 2018.

<sup>3</sup>Professor co-orientador. Mestre em Psicologia. Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, isasamaridi@gmail.com, Fevereiro de 2018.

the working conditions added the rigidity of the organization and the stress of the routine of performance of the PM can contribute to the psychic illness. With the aim of providing greater familiarity with the problem, the study was carried out with police officers of the Military Police Battalion of the State of São Paulo, as well as with the professionals of the 18th Battalion of the Military Police of Catalão - BPM / GO. Based on the data obtained, we considered the relationship between work and mental health in a general context, stress and the main mental and behavioral disorder among police, noting that mental illness in this category is in conflict with the level of satisfaction and motivation for the work (extrinsic factors) and personality characteristics (intrinsic factors). The study also presents some challenges to overcome, in the scientific field; there are still few qualitative studies with police, and in the field of action; mental health needs to be noticed, understood and clarified, showing that just like physical health, the mind also needs attention and care.

**KEY WORDS:** Mental health and work. Subjectivity and psychic illness. Mental health and the military police.

## **1 INTRODUÇÃO**

Borsoi (2007) relata que o tema saúde mental por sua complexidade e pela grande demanda de pessoas acometidas por diferentes tipos de transtornos, tem sido objeto de pesquisas que buscam dar respostas sobre os fatores que causam o adoecimento psíquico. No campo do trabalho, Mendes e Cruz (2004) mencionam que quando este não oferece condições e organização, o labor pode ser um forte fator para o acometimento mental.

No caso da Polícia Militar - PM, a vida laboral destes profissionais é permeada por vivências estafantes e muitas vezes traumáticas. O PM está na linha de confronto com a marginalidade, assumindo grandes responsabilidades, pois é estes profissionais que zela por uma melhor segurança a toda uma sociedade. Neste sentido, Poncioni (2005) relata que a segurança pública está à mercê do crescimento acelerado da violência e criminalidade que assolam o país.

Não obstante ao mencionado, a precariedade nas condições de trabalho (baixos salários, poucos efetivos) aliada à rigidez na forma como o trabalho se organiza, constituem-se como fontes de sofrimento mental, que para além da atividade profissional é projetado para outros ambientes sociais (PERICÓ; JUSTO, 2011).

Segundo Poncioni (2005) para um melhor entendimento sobre a relação saúde mental e trabalho, faz-se importante mencionar que os fatores estresse, psicodinâmica do trabalho e relações interpessoais nas organizações são fundamentais para a discussão sobre as causas do sofrimento psíquico no exercício profissional. Por viver sob constante pressão, o profissional militar pode apresentar alterações no seu comportamento, tornando-se mais violento e/ou impulsivo, retraído e/ou depressivo, entre outros. Desta forma, Amador et

al. (2002) aponta a necessidade de mais estudos e pesquisas sobre estes fatores enquanto desencadeadores no processo de insalubridade mental entre os policiais militares.

Como o trabalho tem uma série de significados e valores que reportam tanto à subsistência, quanto à realização pessoal e *status* social na vida das pessoas (SILVA, 2015), a relevância deste estudo está em mostrar que a complexidade da atuação do PM pode comprometer e muito o seu desempenho profissional, e também interferir em outros ambientes de sua vida social e familiar. Sendo assim, faz-se importante compreender as principais situações de trabalho que afetam a saúde mental destes profissionais e proporcionar medidas preventivas que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida destes que zelam pela segurança de toda uma sociedade.

Por lidar diretamente com situações de extrema tensão, atuando em situações que podem alterar o estado de humor e de ansiedade, este artigo tem como objetivo verificar a dinâmica do trabalho da PM identificando entre os fatores que causam o adoecimento mental qual é o mais relevante entre a categoria. Para isso, efetuaremos o levantamento bibliográfico acerca do assunto proposto como tema, numa hipótese de que a saúde mental no contexto laboral dos PMs, devido a organização do trabalho e ao estresse do exercício profissional, podem atribuir significados geradores de desprazer e tornar-se fonte produtora de sofrimento psíquico. A problemática ao abordar o ambiente policial traz a evidência de situações que envolvem medo, desconfiança, insegurança, sendo importante dimensionar que estes conflitos colocam à prova as defesas do indivíduo e os expõem a situações de risco eminente.

Mediante o exposto, nota-se que a possibilidade de superação do adoecimento mental no trabalho dos PMS, passa pela criação de espaços onde a temática sobre a saúde mental e ocupacional possa ser ampliada no contexto institucional da segurança pública, mostrando que o assunto não pretende romper com as hierarquias e/ou abster-se da postura disciplinar, mas por hora, rever que a saúde mental reflete diretamente na qualidade operacional dos serviços prestados pelo policial militar.

Com o intuito de reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação a partir da temática sobre a Saúde mental dos PMs, o presente artigo configura-se a partir de um estudo de revisão bibliográfica averiguado em livros, jornais e artigos de revistas indexadas no LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, rede cooperativa da Rede da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Brazil, Bireme, utilizando os seguintes descritores: polícia militar e saúde mental, trabalho e adoecimento psíquico, *militarypoliceand mental health, workandpsychicillness*.

Os critérios para a seleção dos estudos foram:

a) que o estudo abordasse no título a temática da saúde mental no trabalho e entre os policiais militares;

b) que apresentasse o texto na íntegra, escritos em português e com menos de 15 anos de publicação.

O critério de exclusão foi ser reincidente no banco de dados. As buscas resultaram em um total de 36 artigos, e destes foram excluídos 08 devido ao ano de publicação com mais de 20 anos, trabalhos com apresentação resumida e sem rigor científico.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 ENTRE O TRABALHO E O ADOECIMENTO**

Para Perez Gilbert e Cury (2009) sentimentos e emoções fazem parte da dinâmica do trabalho, as reações emocionais são componentes intrínsecos à conduta humana, mas quando estes estão organizados de forma inadequada, os profissionais podem vivenciar em suas atividades laborais, situações de adoecimento mental.

Segundo Picon e Penido (2011) os transtornos mentais e comportamentais possuem diferentes origens (fatores orgânicos, sociais, culturais, psicológicos) que podem contribuir direta ou indiretamente para o surgimento da doença mental. A grande maioria das doenças mentais envolve processos crônicos, cumulativos e multicausais, porém possui uma característica diagnóstica peculiar, a sua invisibilidade. Principalmente no campo do trabalho, esta característica muitas vezes limita o entendimento da necessidade da instituição repensar sua organização e as condições de trabalho.

Carreiro et al (2013) coloca que o adoecimento psíquico no trabalho acontece devido ao grande nível de tensão que determinados cargos e funções exercem sobre o profissional. De acordo com Gonçalves, Veiga e Rodrigues (2012) a organização do trabalho atrelada as precárias condições de trabalho contribuem para causar e aumentar o nível de tensão no desenvolvimento da atividade laboral, sendo este um grande vilão para o surgimento de doenças mentais como: ansiedade, depressão, dependência química.

Paulino e Lourinho (2014) citam que várias psicopatologias são inerentes ao exercício laboral, a saber: neurose profissional, transtorno do ciclo vigília/sono, reação ao estresse grave (transtorno de adaptação) e Síndrome de *Burnout*.

No Decreto 3.048/99 estão tipificadas que circunstâncias relativas às condições de trabalho e ritmo de trabalho penoso comprometem a saúde mental do trabalhador, e no caso

da PM, estas circunstâncias podem ser evidenciadas pelas atividades de sua função como, por exemplo, no envolvimento em ocorrências com lesão e morte, ambiente de tensão e pressão (BRASIL, 1999 apud PAULINO; LOURINHO, 2014). Não obstante acima mencionado, é importante considerar a baixa remuneração da classe policial.

A PM é uma instituição de prestação de serviços de segurança pública, que pela sua grande relevância, é uma incorporação que sofre pressões sociais (SILVA; VIEIRA, 2008). Neste mesmo sentido, Vieira e Araújo (2003), colocam que o trabalho policial é resultante de um processo construído por fatores sociais, políticos e econômicos, que se não for à maior, é a principal causa das más condições de trabalho da classe.

Para Silva e Vieira (2008, p. 166), a precarização das condições de trabalho da PM “pode ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional”. Para estes autores, estes fatores podem contribuir tanto para comprometer o rendimento no trabalho quanto no próprio adoecimento.

Wisner (2003) coloca que a relação entre trabalho, carga mental e sofrimento psíquico, relaciona-se com três componentes: o físico, o cognitivo e o psíquico, sendo que estresse caracteriza pelo somatório de energia envolvida no desempenho das exigências das tarefas. Para Silva e Vieira quando alguns destes componentes encontram-se disfuncional, é possível instalar o excesso de carga ou o sofrimento, uma vez que o trabalhador necessitará de dobrar sua energia para realizar a tarefa.

Batista (2002) traz que a relação saúde-doença depende do espaço de possibilidades objetivas encontradas pelos trabalhadores e também de estratégias individuais desenvolvidas dentro destas limitações. Ou seja, embora os determinantes do adoecimento do trabalhador sejam sociais, a expressão do sofrimento é singular.

Conforme analisa Batista (2002), considerando a singularidade do sofrimento, tem-se que algumas medidas podem contribuir para minimizar os impactos da atividade profissional na saúde do trabalhador. A descrição e explicação das atividades cotidianas dos trabalhadores, das exigências que a tarefa lhes impõe e, do que eles fazem para lidar com essas exigências e dar conta de suas atribuições, é aspectos pertinentes no campo da saúde e da segurança pública para identificar as condições reais do trabalho policial-militar.

Considerando o trabalho militar como um fator de segurança pública e saúde, Amador (2000) considera a promoção de saúde no trabalho como um importante ingrediente para uma segurança pública de qualidade:

A Segurança Pública consiste ao mesmo tempo em uma importante questão de Saúde Pública. Isto porque o fazer policial traduz não apenas conhecimento ou desconhecimento técnico, mas também a vivência de um sofrimento cujas repercussões nem sempre são positivas, atingindo um número expressivo de homens e mulheres, quer eles sejam policiais quer sejam pertencentes à população geral, uma vez que esta sofre, diretamente, os impactos da ação policial, seja ela saudável ou não. Entretanto, o impacto do trabalho sobre a subjetividade e a saúde dos policiais não consiste apenas em um assunto de Saúde Pública devido ao fato de que atinge contingentes expressivos de pessoas, mas também e antes de tudo, porque o sofrimento dos trabalhadores se produz no âmbito social do trabalho cujas medidas a empreender não podem simplesmente ser implementadas para os sujeitos e sim com eles (AMADOR, 2000, p. 55).

Para Amador (2000) os PMs talvez mais que outras categorias profissionais sofrem mais os impactos do trabalho sobre sua subjetividade e saúde. Pela função desempenhada, estes profissionais vivenciam um sofrimento caracterizado pela constante exigência de ter que estar sempre mantendo o autocontrole. De forma não generalista, mas devido às fortes pressões, vivências e experiências da função, muitas vezes, o labor do policial militar tornar-se uma luta pelo não desequilíbrio mental.

Segundo Amador (2000), o mecanismo utilizado por alguns policiais para manter-se no exercício da função nem sempre acontece de forma positiva. Transgressões disciplinares, condutas violentas, envolvimento com o crime, uso e abuso de substâncias, são alguns comportamentos que emergem a necessidade de pensar a importância do cuidado com a saúde mental daqueles que zelam pela segurança pública. Por esta razão, a interpretação dos fatos é mais importante do que contabilizá-los e/ou, simplesmente, coibi-los. Trata-se de uma interpretação a ser promovida de forma intersetorial e multidisciplinar, mediante programas de promoção e prevenção em saúde do trabalhador que atua no combate à criminalidade e contra os vários tipos de violência (trânsito, tráfico, familiar e doméstica, urbana, etc.). Para esta autora, o caminho para o exercício saudável do trabalho policial é consequentemente um importante viés para uma segurança pública com mais qualidade.

## 2.2 O ESTRESSE E O TRABALHO DA POLÍCIA

O impacto negativo do estresse ocupacional na vida dos trabalhadores e no funcionamento geral das organizações, foi descrito por Paschoal e Tamayo (2005), em profissões que envolvem risco de vida, mas que também são fundamentais para a sociedade, como por exemplo, a polícia militar.

Mediante o crescimento da violência, principalmente nas principais cidades brasileiras, Silva e Vieira (2008) trazem que atualmente existe uma grande preocupação com relação à segurança pública, estando à atuação do policial em bastante evidência e cobrança.

Barcellos (1999) apud Oliveira e Bardagi (2009) descrevem que a principal função da polícia militar está no combate à criminalidade, ou seja, estes profissionais estão diretamente envolvidos com a violência, exercendo uma atividade permeada por riscos à saúde e a vida.

De acordo com Souza et al. (2007) a excessiva exposição a riscos e violência, atrelado a cobranças da sociedade e as precárias condições de trabalho, constituem fenômenos que atribuem ao policial uma posição de destaque entre os servidores que mais sofrem de estresse.

O estresse tanto pode ocasionar problemas na saúde física quanto na psicológica. Segundo Lipp e Tanganelli (2002) distúrbios no ritmo cardíaco, arteriosclerose, insônia, enfarte, cefaléias, derrame cerebral, úlceras, gastrite, doenças inflamatórias, colite, problemas dermatológicos, tensão muscular, problemas sexuais, como a impotência e a frigidez, entre outros, são algumas das complicações que podem surgir como resposta a situações estressantes. Com relação à saúde psíquica, fatores como: irritabilidade excessiva, pesadelos, apatia, depressão, angústia, ansiedade, perda do senso de humor, entre outros, são alguns sintomas evidentes.

O estresse nas palavras de Rangé (2001, p. 280) está relacionado a “qualquer situação geradora de um estado emocional forte, que leva a uma quebra da homeostase interna e exige alguma adaptação”. O estresse no trabalho segundo Limongi-França e Arellano (2002), se refere a situações nas quais o indivíduo percebe o ambiente profissional como ameaçador a sua integridade, mas não possui estratégias adequadas para lidar com a situação.

Com relação ao trabalho da PM, Couto, Vandenberghe e Brito (2012) evidenciam que as condições laborais destes profissionais se fazem presentes em demandas de risco eminente, definindo o risco como o perigo, o local e a frequência da ocorrência de fatalidades. Outro aspecto do trabalho policial a ser considerado, segundo Amador (2000) é a falta de reconhecimento do seu trabalho pela sociedade, o que acaba gerando sentimento de frustração, inutilidade e improdutividade no trabalho.

Sejam pela excessiva exposição a riscos e violência, cobranças da sociedade e as precárias condições de trabalho, tais situações atribuem ao policial uma condição no *ranking* dos servidores que mais sofrem de estresse (SOUZA et al., 2007). Somado a estas, Costa et al. (2007) acrescentam a urgência na tomada de decisões e intervenções em situações que envolvem a vida humana.

No exercício diário da profissão, o policial vive sob forte pressão e como consequência, pode apresentar alterações no seu padrão de pensar e agir, além de dificuldades para estabelecer prioridades. O estresse e outros problemas emocionais ligado ao policial militar são considerados como um dos responsáveis pelo alto índice de suicídio, divórcio e

alcoolismo (SILVA; VIEIRA, 2008, PORTELLA; BUGHAYFILHO, 2007). De acordo com Lipp (2010) o estresse não é considerado uma doença em si, mas pode tornar-se um fator desencadeante para o desenvolvimento de transtornos mentais pela submissão constante aos agentes estressores. Neste sentido, Minayo, Souza e Constantino (2008), colocam que o estresse na profissão do PM pode desencadear adoecimento psíquico e interferir diretamente na sua qualidade de vida profissional e pessoal.

Assim, a criação de programas de prevenção ao estresse deve ser entendida como uma importante ferramenta para melhorar a dinâmica do trabalho do policial militar. E que tal temática não deve ser vista com resistência dentro das corporações (SILVA; VIEIRA, 2008, PORTELLA; BUGHAY FILHO, 2007).

### 2.3 TRANSTORNO MENTAL, COMPORTAMENTO E O POLICIAL MILITAR

Dados da Organização Internacional do Trabalho revelam que no mundo, aproximadamente cerca de 160 milhões de pessoas adoecem por patologias relacionadas ao trabalho. Dentre estas enfermidades, os transtornos mentais como depressão, ansiedade e síndrome do pânico estão entre os de maior prevalência. Já nos dados da Organização Mundial de Saúde, o transtorno mental ou comportamental relacionados ao uso de drogas licita e/ou ilícitas, atingem cerca de 450 milhões de pessoas e representa cerca de 13% a 14% da carga total de doenças que repercute no trabalho (SOARES, 2013).

Cruz et al. (2011) relata que os transtornos mentais são responsáveis por uma considerável parcela dos diagnósticos de afastamento no trabalho de Licença para Tratamento de Saúde (LTS). E na corporação militar, Souza e Minayo (2005) consideram que os aspectos organizacionais, a qualidade das relações, o risco, e a dedicação integral são os principais fatores que geram e aumentam os índices de LTS.

Conforme analisa Melo (2009) no mundo todo, a incidência da depressão e suicídio entre policiais aumentaram consideravelmente, levando vários países a desenvolverem planos preventivos que contemplam a criação de linhas SOS e a reorganização dos cuidados em saúde mental. E no Brasil, o autor escreve que entre as forças policiais que integram o sistema de segurança pública, os militares são os que apresentam maior tendência a desmotivação, desânimo e depressão decorrentes da insatisfação no trabalho.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2007) no Estado de São Paulo mostrou que são quatro os aspectos que caracterizam o adoecimento psíquico dos policiais militares, a saber: (i) agressividade, irritabilidade e descontrole emocional; (ii) processos autodestrutivos e violentos (ideações suicidas e homicidas); (iii) desintegração e a

dependência química; (iv) diferenças de gênero no que concerne aos comportamentos alterados. Com relação ao gênero, o sexo feminino apresenta maior predisposição para atos suicidas provocados pela ingestão de medicamentos e uso de cocaína, e o sexo masculino, maior incidência para o alcoolismo.

Ainda que o exame psicológico seja uma exigência para se tornar um policial militar, Monteiro (2014) descreve que pela rotina da profissão com situações complexas e ameaçadoras, os transtornos mentais e de comportamento emergem e são consideradas as principais causas de absenteísmo e reforma antecipada na classe. Por isso nas palavras de Silva (2009 p. 03) compreende-se que o “trabalho do policial depende intimamente, muito mais do que de sua força ou coragem, e sim de condições psicológicas que lhe garantam certo bem-estar diante de tão extenuante tarefa”.

No Estado de Goiás, O jornal O Popular (2010) divulgou uma matéria sobre transtorno e policiamento, mostrando que os transtornos mentais e do comportamento foram à principal causa de afastamento de policiais civis e militares do trabalho, sendo que no ano de 2009, na PM, 70% foram aposentados devido a problemas psiquiátricos. Dados do próprio Departamento de Psicologia da PM de Goiás demonstrou que os profissionais que prestam serviços na ROTAM e Choque, estão ainda mais susceptíveis ao adoecimento mental e alterações no comportamento, sendo que o serviço atendeu cerca de 2 mil policiais militares, no qual, 90% foram encaminhados por seus superiores ou por profissionais de saúde e 10% procuraram o serviço de forma espontânea.

Dentre as principais causas de adoecimento dos policiais goianos, está a depressão, a reação aguda ao estresse laboral (a chamada Síndrome de *Burnout*) e os transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e drogas (O POPULAR, 2010).

E retomando ao aspecto da avaliação psicológica, o Departamento de Psicologia da PM de Goiás (2010) apud jornal O Popular (2010) analisa que um grande desafio para diminuir a incidência de problemas emocionais e comportamentais na corporação, está na garantia da validade dos exames psicológicos e psiquiátricos realizados pelos candidatos aprovados nos concursos para a polícia, pois muitos quando reprovados nesta etapa, acabam por assumir o cargo por meio de decisões judiciais.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo serão apresentados os resultados do estudo de acordo com as perguntas de pesquisa, assim como a discussão frente aos conceitos desenvolvidos na revisão

da literatura. Como não foi encontrada nenhuma pesquisa que tratasse de fatores como: estresse, aspectos relacionados ao sono e vigília; atitudes impulsivas, irritadas e agressivas com policiais militar do Estado de Goiás, neste estudo foi caracterizado dado da pesquisa realizada por Oliveira e Santos (2010), com 24 policiais de dois Batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo, considerando que estas informações revelam-se importantes, independentemente da localidade. Entendendo que os fatores motivacionais e de satisfação no trabalho também são importantes constructos que se relacionam com a saúde mental, a pesquisa realizada por Santos e Rezende (2012) com profissionais do 18º Batalhão da Polícia Militar de Catalão – BPM/GO, também estão representados nos resultados e discussão deste trabalho. Os seis gráficos apresentados a seguir, trazem a representatividade sobre o assunto discutido e tratado neste estudo.

A questão relacionada à satisfação com o trabalho motivação e estresse tem recebido destaque no âmbito da segurança pública. Em um estudo realizado pela *International Stress Management Association* – ISMA (2004) revela que os profissionais de segurança pública apresentam-se como um grupo bastante afetado pelo estresse ocupacional. Corroborando da mesma temática, Souza et al. (2007) coloca que entre os servidores da segurança pública, os PMs estão entre a categoria com maior índice de estresse e adoecimento mental. E para demonstrar estatisticamente estes valores, Oliveira e Santos (2010) encontraram índices bastante altos entre o estresse e o trabalho dos PMs, evidenciando que 91,7%, sempre ou às vezes, percebiam-se estressados.

Em outra pesquisa realizada por Dantas et al. (2010) no interior de Minas Gerais com 38 policiais militares, de ambos os sexos e maiores de 18 anos, revelou que 44,7% dos PMs foram identificados com algum sintoma de estresse. Ainda nesta pesquisa, a frequência quanto aos tipos de sintomas de estresse demonstrou uma predominância de sintomas físicos sobre os sintomas psicológicos, respectivamente 64,7% sobre 29,4%, onde apenas 5,9% tiveram ambos. Todavia estes dados tendem a demonstrar que os sintomas físicos são mais fáceis de serem mensurados e notificados, na medida em que os sinais psicológicos, muitas vezes são negligenciados pela corporação e até mesmo pelo próprio indivíduo que está em adoecimento mental, sendo que estes dados sugerem a necessidade de uma saúde ocupacional que também analisem as condições e os fatores de adoecimento mental.

No Estado do Rio Grande do Sul, um estudo de corte transversal realizado por Pinheiro e Fariskoki (2016) com 50 policiais militares, nos quais 40 eram homens e 10 eram mulheres, foram submetidos ao Inventário de Sintomas de *Stress* para Adultos (ISSL) que avalia a existência ou não de estresse, assim como seu nível. O resultado mostrou que 39,3% dos pesquisados demonstraram sintomas de estresse e 60,7% não apresentaram. Um dado

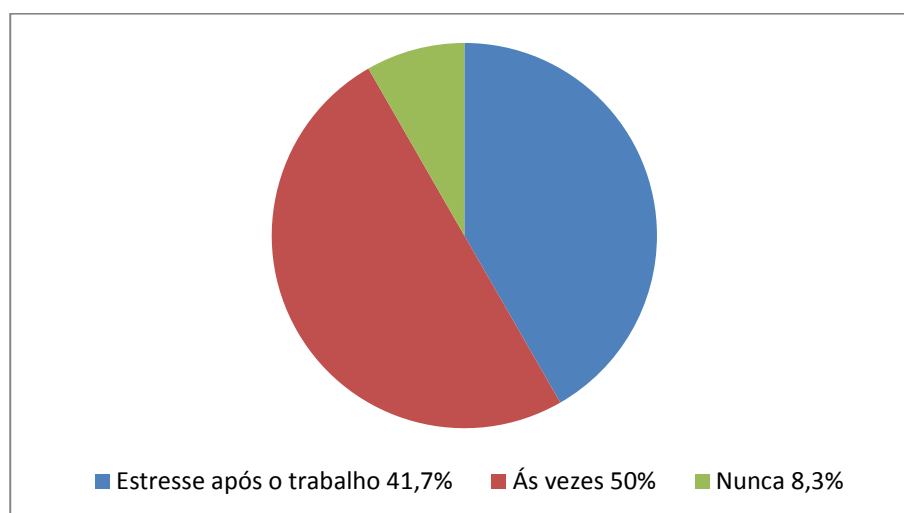
relevante desta pesquisa está na relação entre estresse e gênero, pois as mulheres apresentaram sintomas de estresse em 71% e os homens 29% dos casos. E embora a representatividade da amostra seja maior para o sexo masculino, os estudos de Rosseti et al. (2008) também aponta que as mulheres estão mais propensas ao estresse.

Rossetti et al. (2008) também aplicando o ISSL, avaliaram 250 sujeitos com idade entre 20 e 64 anos, dos quais 186 eram homens, 61 eram mulheres e 3 não informaram o sexo. No estudo os autores concluíram que 38,4% dos participantes apresentaram os sintomas de estresse mais elevado na fase da resistência, e que o sexo feminino obteve níveis de estresse em 59% dos casos quando comparados ao sexo masculino.

Ainda verificando a pesquisa de Rossetti et al. (2008), a análise dos sintomas de estresse pelo ISSL mostrou que entre os participantes que se encontram na fase de resistência houve o predomínio de sintomas psicológicos sobre o físico, principalmente no quesito ansiedade e depressão. Esta pesquisa, no entanto diverge do estudo realizado por Dantas et al. (2010), conforme descrito anteriormente.

E retomando a pesquisa realizada por Dantas et al. (2010), os homens em 82,4% da pesquisa demonstraram sintomas para o estresse, enquanto na pesquisa com as mulheres este índice foi de 17,6%. Vale ressaltar que em todas as amostras estudadas o quantitativo feminino é bastante inferior ao masculino, porém estes dados também convergem com os estudos de Rossetti et al. (2008) e Pinheiro e Fariskoki (2016).

**Gráfico 1 – Estresse e trabalho**



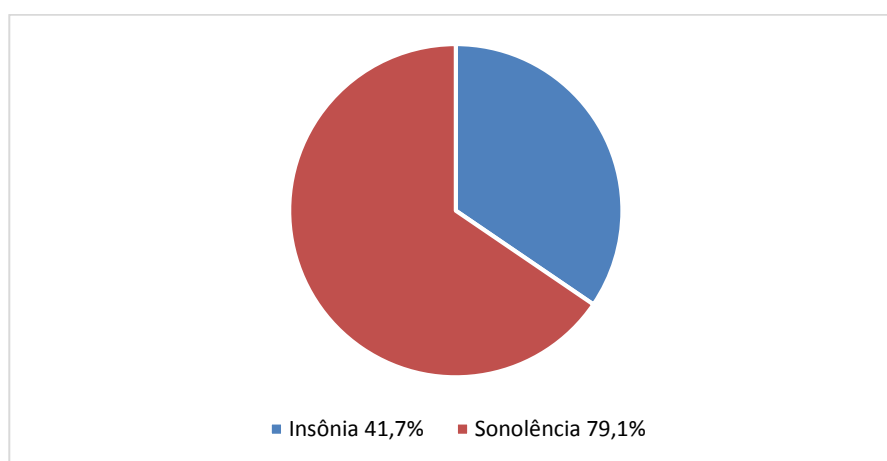
Fonte: Oliveira e Santos (2010)

Com relação aos episódios de insônia e sonolência durante o dia de trabalho, Oliveira e Santos (2010) verificaram que ambas as situações apresentam uma frequência de às

vezes estar com insônia em 41,7% e com sonolência no ambiente de trabalho em 79,1%. Com relação a ter pesadelos durante o sono, a pesquisa mostrou que 8,3% sofriam com pesadelos constantes, 41,7% às vezes tinham e 50% nunca tiveram. De acordo com Blagrove, Farmer e Williams (2004) apud Chellappa e Araújo (2006) indivíduos com maior frequência de pesadelos, apresentam maior estresse psicológico e impactos na vida social e ocupacional.

Diversos estudos como os de Ohayon, Priest e Guilleminault(1996); Hublin, Kaprio e Partinen(1999); De Man e Labreche-Gauthier, (2002) apud Chellappa e Araújo (2006) relatam relação entre a frequência de pesadelos com a depressão grave e ideação suicida. Estes estudos são importantes e sua relevância neste estudo vai de encontro à temática de Melo (2009) sobre a incidência da depressão e suicídio entre policiais.

**Gráfico 2 – Sono e insônia**



Fonte: Oliveira e Santos (2010)

Fatores relacionados ao sono, principalmente a insônia, apresenta grande impacto na execução de tarefas cognitivas, sendo a atenção e a memória as mais afetadas. Mas com relação à agressividade (autocontrole), não existe uma ligação direta entre esta e a falta de sono (SOUZA, 2011).

Cândido (2013) em sua dissertação de mestrado com policiais militares de Palhoça (SC) mostrou que o fator insônia foi citado como um sintoma de estresse mental, porém os sintomas relacionados à irritabilidade e concentração foram os mais evidenciados, aparecendo em 54,05% e 43,24% respectivamente. Também os sentimentos de raiva e revolta foram mencionados em 33,33% dos entrevistados.

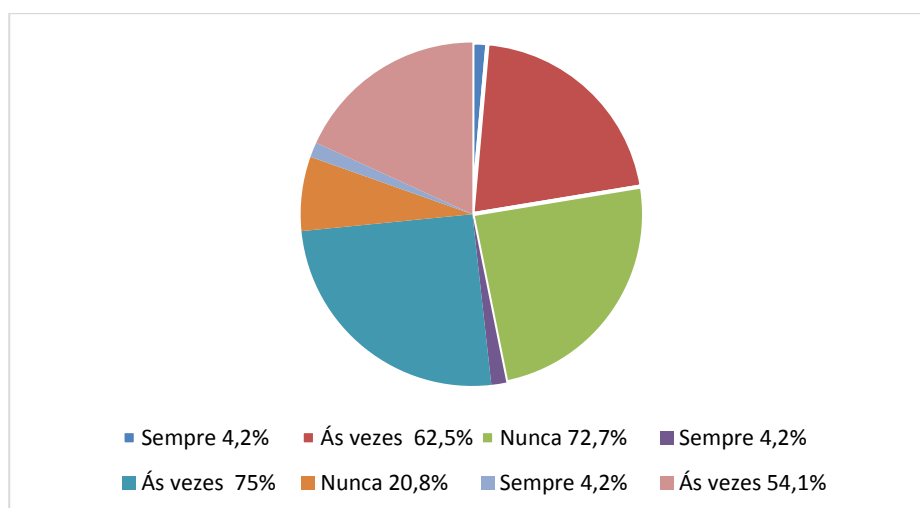
Raine et al. (2014) denomina como agressividade todo e qualquer comportamento do indivíduo cujo propósito e/ou intenção é de ameaçar ou de causar um dano (físico e/ou psicológico) a outra pessoa ou a si mesmo. E com influências genética (GUILLEMIIN et

al.,2014) e ambientais (BROWN et al.,2013) o comportamento agressivo se apresenta constituído por ambos os fatores e constituem a personalidade (LAZARUS et al.,2014).

A agressividade do indivíduo pode ser auto e/ou alo dirigida (outra pessoa), sendo que Holman et al. (2014) considera com auto agressividade o “comportamento suicida.” Na PM, vimos em Silva e Vieira (2008), Portella e Bughay Filho (2007) que o estresse é responsáveis pelo alto índice de suicídio de profissionais desta corporação.

Um estudo realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Suicídio e Prevenção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – GEPeSP/UERJ (2015), com 224 PMs, mostrou que 10% tentaram suicídio e 22% pensaram em tirar a própria vida. Na mesma pesquisa, entre os anos de 1995 a 2009, foram notificados no Estado do Rio de Janeiro, 58 casos de suicídio de policiais militares e 36 tentativas. Um dado impressionante da pesquisa é que destes 58 casos, 3 aconteceram durante o trabalho.

**Gráfico 3: agressividade, irritabilidade e impulsividade**



Fonte: Oliveira e Santos (2010)

Em Oliveira e Santos (2010), a agressividade foi às vezes percebida pelos policiais em 62,5% dos entrevistados, e apenas 4,2% sempre se percebiam agressivos. Com relação a irritação, 75% mencionaram ficar irritados às vezes, e também 4,2% sempre se percebiam irritados. No quesito impulsividade nas decisões e nas ocorrências, 4,2% responderam sempre, 41,7% às vezes e 54,1% nunca; 33,3% às vezes e 66,7% nunca, respectivamente. No quesito atitude inconsequente e carreira, 4,2% responderam sempre, 79,1% às vezes e 4,2% nunca.

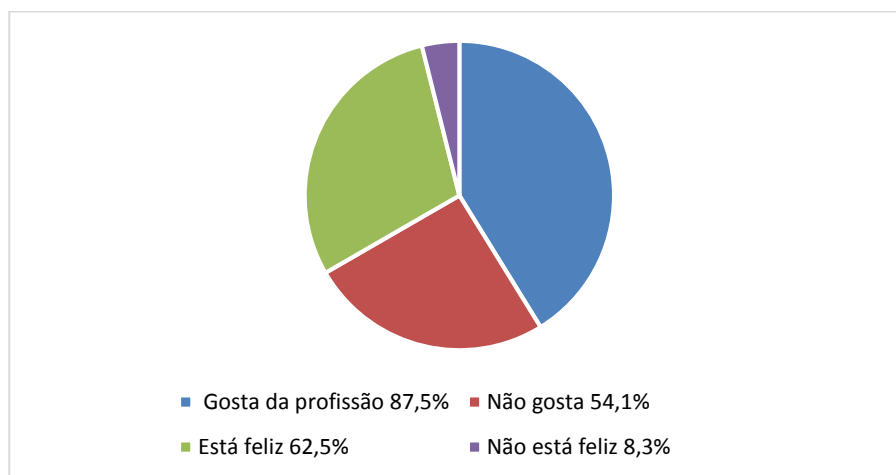
Embora não tenha sido encontrado nenhum estudo com rigor científico sobre agressividade, impulsividade e irritabilidade em policiais, a pesquisa de Guimarães, Torres e Faria (2005) com 202 PMs em curso de formação na Gerência de Ensino da Polícia Militar

do Estado de Goiás, analisou aspectos relacionados a tolerância, autoritarismo e democracia com base nas representações sociais destes constructos. Embora estes não apresentem uma relação direta, os autores verificaram que pelo cansaço físico e emocional, o baixo salário, alterações no sono, a falta de recursos, entre outros, a demanda negativa destes fatores influencia na conduta policial, ocasionando baixa tolerância e falta de controle. Sendo assim, pode-se prever que o fator tolerância tende a coibir atitudes impulsivas e agressivas. E com relação a alterações no sono, ressalva-se que em Souza (2011), de maneira geral estas alterações não influenciam no autocontrole, havendo uma divergência que pode ser investigada com mais rigor em estudos futuros.

Segundo Marqueze e Moreno (2005) o comportamento humano no ambiente de trabalho tem sido objeto de estudo da atualidade, principalmente pelo seu aspecto emocional e pelo nível de satisfação que o trabalhador atribui a sua atividade. “Estar ou não satisfeito em relação ao trabalho incorre em consequências diversas, sejam elas no plano pessoal ou profissional, afetando diretamente o comportamento, a saúde e o bem-estar do trabalhador” (MARQUEZE; MORENO, 2005, p. 75). Corroborando, Simões e Freitas (2016) descrevem que a satisfação no trabalho está associada ao vínculo afetivo do sujeito com seu ambiente profissional, e que compreender sobre o nível de satisfação dos profissionais contribui para que a instituição obtenha um maior grau de eficiência em um contexto altamente propenso a interferências físicas e emocionais.

Para Vasconcelos (2016) a relação entre satisfação no trabalho e saúde mental apresenta um limiar muito tênue, pois a primeira é uma variável que influencia no desempenho do trabalhador, e pode refletir sobre inúmeras faces do comportamento, inclusive interferindo na saúde mental.

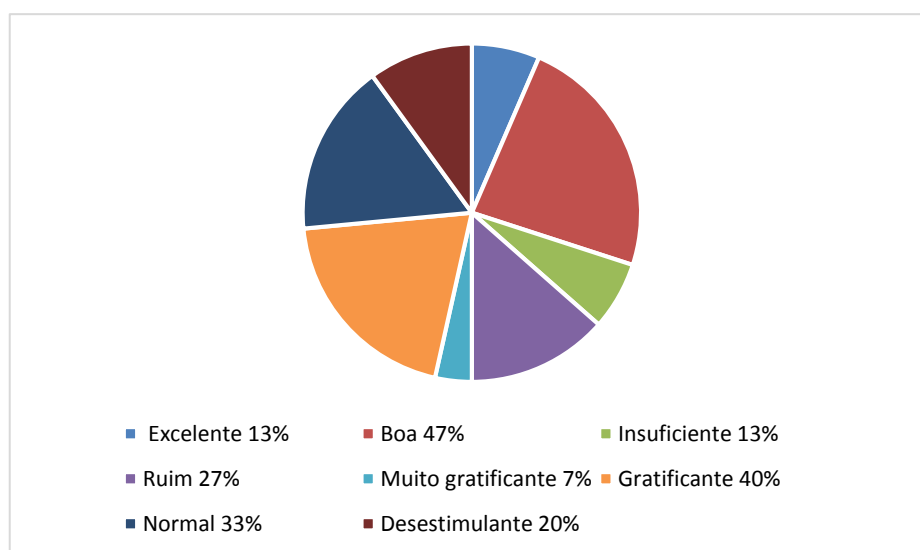
**Gráfico 4: Realização com a profissão**



Fonte: Oliveira e Santos (2010)

Na pesquisa de Oliveira e Santos (2010) o nível de satisfação e felicidade com a profissão mostra-se alto, todavia o aspecto “não gostar” também possui uma representação alta, com mais de 50% dos entrevistados. Estes dados vão de encontro com a pesquisa de Santos e Rezende (2012) com os profissionais do 18º BPM de Catalão, onde o índice de realização com o trabalho foi verificada como boa e excelente em respectivamente 47% e 13% dos policiais. Os índices de satisfação no desempenho da função dos policiais deste Batalhão com o índice de satisfação com o trabalho na PM apresenta considerações relativas.

**Gráfico5: Realização com o trabalho e satisfação na PM**



Fonte: Santos e Rezende (2012)

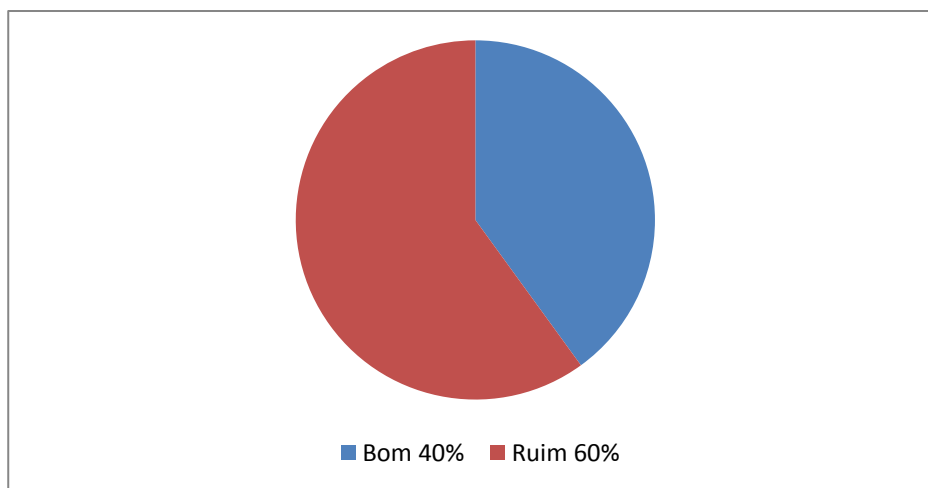
Os fatores higiênicos (extrínsecos) como instalações físicas, instrumentos (equipamentos, viaturas, armas, munições), remunerações são fatores que geram satisfação ou não. No caso do 18º BPM de Catalão, Santos e Rezende (2012) descrevem que as instalações físicas não favorecem o trabalho, mas com relação aos instrumentos e equipamentos, apenas 7% dos entrevistados queixaram-se destes, sendo que mais da metade consideraram favoráveis. Para os autores, o investimento financeiro na segurança pública foi o que beneficiou a melhoria destes instrumentos. Todavia, analisando o Estado de Goiás como um todo, e considerando a cidade de Catalão como uma das principais cidades do sudeste goiano, não se sabe ao certo se o investimento financeiro abrangeu de forma igualitária a todos os municípios e cidades onde a PM se faz ostensiva.

Medeiros et al. (2012) ao analisar a motivação de policiais militares do Rio Grande do Norte -RN com 52 policiais, sendo 7 Oficiais e 45 Praças, os autores verificaram que a baixa remuneração está entre o principal fator de insatisfação geral da classe. Em

termos remuneratórios o Estado do RN possui o 21º lugar no *ranking* dos menores salários da PM. A remuneração abordada na pesquisa de Santos e Oliveira (2012) mostraram que assim como os profissionais do RN, os policiais de Catalão também se encontram insatisfeitos com suas remunerações, sendo que 47% consideram ruim seu salário e 27% analisaram como péssimo. Embora o salário dos policiais goianos esteja na 4ª posição de melhores salários no *ranking* nacional, as discrepâncias salariais entre Estados é bastante alta e gera insatisfação e as discrepâncias salariais entre Estados é bastante alta e gera insatisfação e desmotivação no exercício da profissão<sup>3</sup>.

Ainda com relação aos aspectos motivacionais, a pesquisa de Santos e Rezende (2012) trazem dados importantes com relação aos cursos, treinamentos e capacitações na corporação, os policiais consideraram ruim a qualidade e a quantidade de aperfeiçoamentos realizados. No mesmo aspecto, e considerando o curso de formação policial, Cassundé et al. (2015) em uma pesquisa realizada nas Organizações Militares Estaduais da Polícia Militar de Pernambuco, verificaram que os profissionais com menor tempo de serviço e com menor idade analisaram que o tempo do curso de formação profissional não foi suficiente para torná-los aptos ao serviço.

**Gráfico 6: Aperfeiçoamento**



Fonte: Santos e Rezende (2012)

As pessoas são fundamentais para o desempenho do trabalho, e quando são treinadas, valorizadas e incentivadas elas atuam de forma mais eficiente, pois se sentem motivadas e gratificadas com o trabalho. Portanto, considerar que a satisfação no trabalho proporciona sentimento de bem-estar e melhor qualidade de vida a saúde física e mental do

---

<sup>3</sup>Os dados trazidos são referentes à matéria realizada pela revista Exame (2017) intitulada: Diferença no piso salarial de policiais chega a R\$ 4,6 mil, mostrando que os policiais com melhores salários estão no DF e os com menor remuneração na Paraíba.

trabalhador, toda a informação levantada neste estudo tem como intuito contribuir para o planejamento de medidas preventivas que vão de encontro com melhorias no ambiente de trabalho e na qualidade dos serviços prestados pela PM.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pela frequência das situações extremas como: confronto, hostilidade, agressividade, vingança, morte, pressão corporacional, regras e normas rígidas, o exercício da profissão em segurança pública é permeado por rotinas de elevado risco e vulnerabilidade, principalmente à corporação militar que atua na linha de frente ao combate a violência e a marginalidade. Na análise bibliográfica levantada neste estudo, verificou-se que tais fatores podem interferir no desempenho e na qualidade do serviço prestado pelo PM e comprometer de forma significativa suas relações sócio afetivas para além do ambiente laboral. E se os fatores ambientais contribuem de forma significativa para a saúde mental do indivíduo, é de grande importância mencionar que algumas características próprias da personalidade colocam alguns em situações de maior predisposição ao adoecimento psíquico.

A atuação do policial é vista e tida pela sociedade com uma função ambígua, ao mesmo tempo em que são heróis também são vilões, todavia o papel de herói ou de vilão independe da profissão. A pesquisa bibliográfica mostrou que é o bem estar psíquico que direciona o comportamento e as atitudes humanas, e se o trabalho interfere neste bem estar, o comportamento será direcionado para atitudes impróprias e/ou inadequadas.

Embora em termos teóricos o avanço no campo da saúde mental seja notável, na prática, ainda é grande a resistências encontradas por aqueles que por diferentes motivos tem sua saúde psíquica adoecida. A negação de um estado de desconforto mental é muitas vezes o melhor mecanismo para esconderas mazelas da vida. E ao abordar a temática da saúde mental entre policial militares não há como não dimensionar o quão delicado torna-se este assunto.

Analisando a quantidade de estudos e pesquisas que contextualizam a temática da subjetividade e do adoecimento psíquico de policiais, nota-se a insuficiência nas metodologias utilizadas. O número de pesquisas por método qualitativo diante da grande extensão de profissionais que atuam na área policial e militar ainda é pequeno, e reflete a dificuldade em dimensionar alguns aspectos emocionais e interpessoais dentro da cultura da corporação policial. É relevante compreender que a saúde mental dos PMs necessita de atenção na área da saúde individual e coletiva, sendo oportuno também que os órgãos da segurança pública deem

a devida atenção aos casos possíveis e prováveis de adoecimento psíquico entre seus profissionais.

Todo trabalho apresenta sua carga de subjetividade, o próprio significado da palavra traz à tona o esforço que o indivíduo faz para realizá-lo, e o trabalho do policial militar não é diferente, ele também tem o direito de sentir e externalizar a pressão e o peso de sua profissão. Porém considera-se que aqui está o ponto crucial do entendimento sobre a saúde mental destes profissionais, a forma como externar. Ao longo desta pesquisa vimos que o estresse da rotina laboral dos PMs é responsável pelos elevados índices de profissionais que atuam com agressividade e intolerância nas ações que seriam de combate a violência, assim como atentam contra si próprios.

Dessa forma, considera-se que o perfil profissional do policial militar deve ir de encontro com a complexidade da sua atuação, sendo importante discutir que não é todo indivíduo que possui características psicológicas adequadas para assumir a patente policial.

Com tudo e retomando ao ponto de vista do Departamento de Psicologia Da Polícia Militar de Goiás, sugere-se para pesquisas futuras mais estudos qualiquantitativos que enfoquem a garantia da validade dos exames psicológicos e psiquiátricos realizados pelos candidatos aprovados nos concursos, pois a aptidão mental é o primeiro passo para promover qualidade de vida no ambiente de trabalho do policial.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanier. Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 15, n. 52, p. 47-60, jul./dez. 2000.

AMADOR, Fernanda Spanier. et al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicol. cienc. prof.** v.22 n.3 Brasília set. 2002.

BLAGROVE, M.; FARMER, L.; WILLIAMS, E. The relationship of nightmare frequency and nightmare distress to well-being. **J Sleep Res.**, v. 3, p.129-134, 2004.

BATISTA, Analía Sonia. “O trabalho como mito e como utopia.” **Estudos de Sociologia**. Recife, ano 8, n.1 e 2, p.231-251, 2002.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicol. Soc.**, v. 19, n. spe, p.103-111, 2007.

BROWN, C. L. et al. Inter-Parent Aggression as a Precursor to Disengagement Coping in Emerging Adulthood: The Buffering Role of Friendship Competence. **SocDev**, v.22, n.4, p.683-700, 2013.

CÂNDIDO, Paula Emanuela Fernandes. **Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça (SC)**, 102f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Florianópolis, 2013.

CARREIRO, Gisele Santana Pereira et al. O processo de adoecimento mental do trabalhador da Estratégia Saúde da Família. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 15, n. 1, p. 146-155, 2013.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda de Souza Araújo et al. Motivação e Satisfação no Trabalho da Polícia Militar: Um estudo de caso no Sertão Pernambucano. **Revista de Psicologia**, v.9, n. 26, 2015.

CHELLAPPA, Sara Laxhmi; ARAÚJO, John Fontenele. Qualidade subjetiva do sono em pacientes com transtorno depressivo. **Estudos de Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 269-274, 2007.

COSTA, Marcos et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Panam Salud Publica**, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2002.

COUTO, Gleiber; VANDENBERGHE, Luc; BRITO, Emerson de Araújo Garro. Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 64, n.2, ago. 2012.

CRUZ, Camila Rodrigues Bressane, et al. Transtornos mentais como causa de absenteísmo entre servidores públicos em São Paulo. **RevPsiqClin.**, v. 38, n. 6, p. 265-266, 2011.

DANTAS, Marilda Aparecida, et al. Avaliação do estresse em policiais militares. **Psicologia, teoria e prática**, v. 12, n. 3, p. 66-77, 2010.

DE MAN, L. C; LABRECHE-GAUTHIER, L. Correlates of suicidal ideation in French-Canadian adults and adolescents: a comparison. **J ClinPsychol**, v. 48, p. 811-816, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório de pesquisa**: sofrimento psíquico do soldado da PM. São Paulo. FGV, 2007.

GEPeSP. Grupo de Estudos e Pesquisa em Suicídio e Prevenção. **Pesquisas mostram avanço de suicídio entre policiais brasileiros**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2015. Disponível em: <https://gepensinoepesquisa.wordpress.com/tag/uerj/>. Acesso em: 20 de abr.2018.

GONÇALVES, Sebastião Jorge da Cunha; VEIGA, Alan João da Silva; RODRIGUES, Lilia Marques. Qualidade de vida dos policiais militares que atuam na área da 2ª CIA do 10º Batalhão Militar (Miguel Pereira e Paty do Alferes). **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, v. 2, n. 2, p. 53-76, jul./dez., 2012.

GUILLEMIN, C. et al. DNA methylation signature of childhood chronic physical aggression in T cells of both men and women. **PLoSOne**, v.9, n.1, 2014.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves Guimarães; TORRES, Ana Raquel Rosas Torres; FARIA, Margareth R. G. V. de. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 263-271, mai./ago. 2005.

HOLMAN, K. M. et al. Differences in incidence of suicide attempts between bipolar I and II disorders and major depressive disorder. **Bipolar Disord.**,mar. 2014.

HUBLIN, C.; KAPRIO, J.; PARTINEN, M. Nightmares: familial aggregation and association with psychiatric disorders in nationwide twin cohort. **Am J Psychiatry**, v. 88, p. 329-336, 1999.

ISMA. International Stress Management Association. **Relatório de Pesquisa**. Estocolmo. Brasil, 2004.

LAZARUS, S. A. et al. Interpersonal functioning in borderline personality disorder: A systematic review of behavioral and laboratory-based assessments. **ClinPsychol Rev.**, v.34, n.3, p.193-205, 2014.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. Qualidade de vida no trabalho. In: LIMONGI-FRANÇA, A. C. et al. **As pessoas na organização**. 9. ed. São Paulo: Gente, 2002.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Stress na atualidade: qualidade de vida na família e no trabalho**. 2010. Disponível em: <http://www.estresse.com.br/publicacoes/stress-na-atualidade-qualidade-de-vida-na-familia-e-no-trabalho>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes; TANGANELLI, M. Sacramento. Stress e qualidade de vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: diferenças entre homens e mulheres. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.15, n.3, p.537-548, 2002.

MARQUEZE, Elaine Cristina; MORENO, Cláudia Roberta de Castro. Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2009.

MEDEIROS, Marcelo Dantas de et al. A motivação do policial militar do Rio Grande do Norte: uma análise com base na teoria dos dois fatores de Herzberg. **VII CONNEPI**, 2012.

MELO, Antônio Jorge Ferreira. Suplício de Sísifo: sofrimento psíquico e saúde mental no labor policial. 2009. Disponível <http://abordagempolicial.com/2009/10/o-suplicio-de-sisifo-sofrimento-psiquico-e-saude-mental-no-labor-policial/>. Acesso em: 30 de abr de 2018.

MENDES, A. M., CRUZ, R. M. Trabalho e saúde no contexto organizacional: Vicissitudes teóricas. In: A. Tamayo (Org.), *Cultura e saúde nas organizações* (p. 39-55). Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, SOUZA, E. R., CONSTANTINO, Patrícia. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MONTEIRO, Janaina. **Policial é a profissão mais estressante do mundo**. 2014. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/policial-e-a-profissao-mais-estressante-do-mundo/>. Acesso em: 09 mar 2018.

OHAYON, M.M.; PRIEST, R. G; GUILLEMINAULT, C. Nightmares: their relationships with mental disorders and sleep disorders. **Euro Neuropsychopharmacol**, v. 6, p. 136-137, 1996

.

OLIVEIRA, Paloma Largo Marques de; BARDAGI, MarúciaPatta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. Psicol**, v. 59, n. 131, 2009.

OLIVEIRA, Kátia Luciane de, SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, v.12, n. 25, sept./dec. 2010.

O POPULAR. **Transtornos tiram policiais das ruas**. 2010. Disponível em: <http://abp.org.br/portal/clippingsis/exibClipping/?clipping=11116>. Acesso em: 30 de abr. de 2018.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Impacto dos valores laborais e da interferência familiar: trabalho no estresse ocupacional. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 173-180, mai/ago 2005.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p. 58-77, Jul/Dez, 2014.

PEREZ GIBERT, Maria Agnes; CURY, Vera Engler. Saúde mental e trabalho: Um estudo fenomenológico com psicólogos organizacionais. **Bol. psicol**, v. 59, n. 130, p. 45-60, Jun 2009.

PÉRICO, Waldir, JUSTO, José Sterza. O mal-estar no trabalho: a culpa como mal-estar e a culpa do mal-estar. **Rev. Subjetividades**, v. 11, n. 1, 2011.

PICON, Patrícia; PENIDO, Maria Amélia. Terapia cognitivo-comportamental do transtorno de ansiedade social. In: B. RANGÉ (ed.), **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. 2ª ed., Porto Alegre, Artmed, p. 269-298, 2011.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; FARIKOSKI, Camila. Avaliação do Nível de Estresse de Policiais Militares. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 8, n. 1, p. 14-19, 2016.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Soc. estado.**, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

PORTELA, Andrey; BUGHAY FILHO, Almiros. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, 2007.

RAINE, Adrian. et al. Low heart rate as a risk factor for child and adolescent proactive aggressive and impulsive psychopathic behavior. **AggressBehav**, 2014.

RANGÉ, Bernard. **Psicoterapias Cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROSSETI, Milena Oliveira et al. O inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL) em servidores da Polícia Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 108-119, 2008.

SANTOS, Cileibio Alfredo dos; REZENDE, Sônia Regina Gouvêa. Uma análise da motivação dos policiais militares do serviço operacional do 18º BPM de Catalão em 2012. **Anais da Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (CIEGESI)**, v. 1, n. 1, 2012.

SILVA, Karla Kely Rogério da. **Juventude e trabalho**: representações sociais de trabalho por jovens aprendizes em Recife. 139f. Dissertação de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Maurivan Batista da., VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde soc.** v.17, n.4, São Paulo Oct./Dec. 2008.

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental**. Dissertação de Mestrado.103p. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES, Arlete Lima; FREITAS, Carlos Machado de. Análise sobre condições de trabalho de Equipe de Saúde da Família, num contexto de vulnerabilidades, Manaus (AM). **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 47-58, 2016.

SOARES, Carolina. **Doenças do trabalho matam 2 milhões por ano no mundo**. 2013. Disponível em: <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/04/doencas-do-trabalho-matam-2-milhoes-por-ano-no-mundo-diz-oit>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SOUZA, André, L. **Falta de sono e agressividade**. 2011. Disponível em: <http://scienceblogs.com.br/cognando/2011/03/falta-de-sono-e-agressividade/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SOUZA, Edinilza Ramos de et al. Sofrimento psíquico entre policiais civis: Uma análise sob a ótica de gênero. **Caderno de Saúde Pública**, v. 23, p.105-114, 2007.

SOUZA, Edinilza Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.4 ,oct./dec. 2005.

VASCONCELOS, Ana Sofia Marques da Silva Oliveira. **Saúde mental, burnout, stress e satisfação no trabalho**: um estudo em bombeiros voluntários. 147f. Dissertação de Mestrado,

Educação para a Saúde da Faculdade de Medicina, Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2016.

VIEIRA, Sarita Brandão; ARAÚJO, A. J. Gênero, precarização e saúde no trabalho hospitalar. In: CARVALHO, M. E.; PEREIRA, M. Z. **Gênero e educação**: múltiplas faces. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, p. 149-191, 2003.

WISNER, Alain. **A Inteligência no Trabalho**. São Paulo: Ministério do trabalho, 2003.